

## **Patrimônio, memória coletiva e denúncia social mediada no Facebook: o caso do grupo Fortaleza Antiga (2019)**

**Évila Cristina Vasconcelos de Sá**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil  
Doutoranda em Educação

Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

 <https://orcid.org/0000-0002-1787-6987>

E-mail: [evilacrislive@hotmail.com](mailto:evilacrislive@hotmail.com)

**Antônio Roberto Xavier**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),  
Redenção, Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

E-mail: [roberto@unilab.edu.br](mailto:roberto@unilab.edu.br)

**José Rogério Santana**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-8327-5864>

E-mail: [rogerio@virtual.ufc.br](mailto:rogerio@virtual.ufc.br)

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo identificar as interconexões na relação entre memória coletiva e patrimônio cultural a partir das narrativas acerca da preservação do patrimônio material edificado presentes no grupo do Facebook intitulado Fortaleza Antiga. A abordagem metodológica acolhida foi a qualitativa. Quanto às técnicas de coleta de dados/informações, foram efetuadas com base em análise de textos digitais do grupo no Facebook. No tocante às técnicas de análise, adotou-se a análise do discurso da realidade sócio-histórica. Como resultado e conclusão parciais, percebe-se que a propagação por meio das narrativas neste ambiente de investigação postula denúncia social de uma gestão pública descomprometida com a preservação de seus bens patrimoniais tombados.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Práticas digitais; Memória coletiva; Facebook; Grupo Fortaleza Antiga.

### **Heritage, collective memory and social mediation on Facebook: the case of the Fortaleza Antiga group (2019)**

**Abstract:** This article aims to identify the interconnections in the relationship between collective memory and cultural heritage from the narratives about the preservation of the built material heritage present in the Facebook group entitled Fortaleza Antiga. The accepted methodological approach is the qualitative one. As for the data / information collection techniques, they were based on the group's digital text analysis on Facebook. Regarding the analysis techniques, the discourse analysis of the socio-historical reality was adopted. As a partial result and conclusion, it is noticed that the propagation through narratives in this research environment postulates social denunciation of an uncompromising public management with the preservation of its overturned patrimonial assets.

**Keywords:** Cultural heritage; Digital practices; Collective memory; Facebook; Fortaleza Antiga Group.

**Texto recebido em: 24/09/2019**

**Texto aprovado em: 14/11/2019**

## **Introdução**

Este estudo tem por objetivo identificar as interconexões na relação entre memória coletiva e patrimônio cultural digital a partir das narrativas acerca da preservação do patrimônio material edificado presentes no grupo do Facebook intitulado Fortaleza Antiga.

A análise desta investigação desenvolve-se a partir de dados coletados no Facebook, munindo-se de categorias analíticas para situar a iniciativa dos membros que discutem em rede. Para tanto, investigamos postagens no referido grupo entre os dias 27 de fevereiro e 13 de agosto de 2019 atinentes aos patrimônios edificados em estado de deterioração, bem como já demolidos e em transformação de suas estruturas na cidade de Fortaleza, Ceará. Como ferramenta de busca e filtragem disponibilizada na rede social, recorreremos às seguintes categorias: memória, patrimônio abandonado, descaso e denúncia, tanto nas postagens como nos comentários.

Desse modo, indagamos: a) Qual a relação entre memória e patrimônio histórico no meio digital?; b) Quais sentimentos os habitantes de Fortaleza possuem sobre a preservação desses bens materiais de cunho histórico?; c) Qual a representação de tais monumentos para a trajetória de vida desses sujeitos?

A metodologia central de análise será a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Para ele, a análise de conteúdo objetiva relatar e interpretar o teor informativo nos textos, consistindo em ser uma técnica de ordenação de análise de dados, a qual pode se aplicar a códigos, sejam eles: linguísticos (tanto pelo texto como pela oralidade); icônicos (caracterizados pelas imagens estáticas, como fotografias, e móveis, como audiovisuais) e por outros códigos semióticos (a exemplo da musicalidade). Dentre os sujeitos a serem investigados, a análise de conteúdo pode alcançar desde um indivíduo (monólogo) a um grupo restrito (BARDIN, 2011).

Para tal empreitada, utilizamos especificamente o suporte linguístico (escrito: postagens e comentários) e o icônico (fotografias), bem como analisamos as reportagens postadas no grupo em questão e as relacionadas com as mesmas.

### **Cibercultura, mídias sociais e Facebook: construindo conceitos de um novo espaço mediado na internet**

Vivemos na era da informação. A cada dia procuramos na internet meios de pesquisa, de entretenimento e de comunicação. Antes levávamos mais tempo para buscar em bibliotecas e em jornais impressos informações a que atualmente temos acesso quase que imediatamente, por conta do espaço de troca de conhecimentos oferecido pela internet. Conceitualmente o precursor da discussão sobre o uso desse recurso virtual na sociedade contemporânea foi Pierre Lévy, em sua obra intitulada *Cibercultura* (2001). Para ele, a cibercultura representa uma gama de técnicas, de práticas, de ações, de formas de pensamento e de atribuições que se constroem juntamente com o crescimento do ciberespaço, virtualmente (LÉVY, 2001).

Vejamos agora a importância dessa rede social na cibercultura, caracterizada pela cultura contemporânea mediada pelo computador desde meados da década de 1970 (LÉVY, 2001). Na atualidade, todos os processos sociais estão acontecendo pelos canais/dispositivos eletrônicos digitais, de forma planetária, caracterizados pelo envio de textos, músicas, fotos, vídeos, etc. Nesse contexto, a internet possibilita que a informação se estenda a espaços diferentes em tempo real, tendo como suporte e estrutura física os microeletrônicos e as telecomunicações (LE MOS, 2015).

Para Recuero (2018), o termo “mídia social” vem modificando as práticas culturais na pós-modernidade. Através da internet e de seus mecanismos de interação, as informações se espalham com maior velocidade, e as reverberações se evidenciam explicitamente, dando o direito de os espectadores exporem suas opiniões acerca do que está sendo publicado, diferentemente dos antigos sistemas de comunicação, como o jornal impresso, o rádio e a televisão.

Nessa perspectiva, com o advento das mídias sociais, indivíduos utilizam-se dos *sites* de rede social para conversação e espalhamento de informações, em que a organização dos grupos e suas conexões *on-line* são capazes de filtrar e dar

acessibilidade a determinadas informações em detrimento de outras (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015). Diante disso, objetivamos analisar o significado dos comentários inerentes à preservação da memória fortalezense no tocante ao patrimônio edificado da cidade. Para tanto, destacamos as principais postagens que se referem aos conceitos-chave apresentados.

O termo “rede social”, estudado pela Sociologia desde meados do século XX, revela-se como ação de criação de relacionamentos com outros indivíduos a partir de assuntos e valores em comum com os seus pares, representado “por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si” (ACIOLI, 2007, p. 11). Em contrapartida, a mídia social consiste em representar um tipo de ambiente *on-line* que divulga e compartilha informações, a exemplo de um canal de YouTube, o qual, diferentemente do Facebook, compartilha apenas conteúdo em formato audiovisual: vídeo (CIRIBELI; PAIVA, 2011).

Assim, compreender a vida social na contemporaneidade requer considerar o estudo das redes sociais *on-line*, já que estas alteraram profundamente, nos últimos anos, a forma como milhões de pessoas se comunicam e compartilham informação entre si. Nesse âmbito, sendo o Facebook a rede mais popular e mais disseminada, impõe-se como uma fonte privilegiada de informação aos estudiosos dessa área (AMANTE, 2018; KREUTZ, 2009).

O Facebook foi concebido em 2004 por um grupo de graduandos da instituição de ensino superior de Harvard, tendo como líder Mark Zuckerberg, os quais tinham como objetivo criar um espaço em que seus usuários se conectassem, propagando entre si concepções e imagens entre seus colegas de faculdade, para, assim, facilitar a troca de conteúdos visando à aprendizagem. Entretanto, um ano após a sua criação, tal rede social *on-line* expandiu seu público, sendo adotada por algumas empresas e estudantes de outros níveis educacionais formais. Posteriormente, na transição de 2011 para 2012, o Facebook ganhou maior visibilidade no acesso dos usuários cibernéticos, transpondo os *logins* do Orkut para sua rede, recebendo mais de um milhão de perfis até triplicar a quantidade de adeptos dessa nova rede de relacionamentos virtuais (AMANTE, 2018).

Dentre as características do Facebook, inicia-se em criar o perfil, cujo primeiro contato destina-se a preencher o painel das informações pessoais: gênero, data de nascimento, língua falada, concepções políticas e espirituais, formação acadêmica e, por fim, um campo específico “sobre o usuário”, local em que ele deve fazer uma pequena descrição biográfica de si. Após a implementação dos dados, o

utilizador poderá buscar outros indivíduos e enviar convite a outras pessoas com quem almeja interagir: os amigos. Além disso, pode inserir-se em grupos, páginas de instituições, empresas, celebridades, dentre outras organizações, possibilitando a inserção em “uma rede de contactos em função dos interesses comuns dos utilizadores” (AMANTE, 2018, p. 30).

### **O patrimônio digital como lugar de construção de uma memória coletiva**

A presente pesquisa se fundamenta na discussão do patrimônio digital contido nas postagens de Facebook, bem como na análise dessas memórias coletivas por meio dos comentários das publicações do grupo Fortaleza Antiga.

Os estudos acerca da nova categoria de patrimônio, o patrimônio digital, são incipientes no Brasil. As redes sociais não se encontram apenas como meio de proferir atribuições comunicativas e sociais, pois se configuram também como locais de registro de salvaguarda dessas memórias, por meio da digitalização e armazenamento de imagens e depoimentos mediados virtualmente por meio das interações de quem publica e de quem reage a elas.

O termo “patrimônio digital”, que “tangencia a ideia de patrimônio virtual, quer dizer, o patrimônio intangível ou imaterial circulando na *web*, em contraposição ao conceito de patrimônio edificado, de ‘pedra e cal” (DOBEI, 2005, p. 3). No mais, tal conceito refere-se ao processo de digitalização, isto é, a conversão de um objeto físico em digital, tornando-se bem cultural disponibilizado em ambientes virtuais ou bem duplicado no ciberespaço, representado por materiais digitais em forma de textos, bases de dados, imagens estáticas e dinâmicas, áudios, gráficos, *softwares* e páginas *web* (DOBEI, 2003).

Contudo, o que se entende por patrimônio? A origem desse vocábulo provém muito antes do advento da internet e da própria rede social em análise. A criação dessa categoria apresenta uma trajetória grandiosa desde seu surgimento até sua implementação nos trópicos.

Segundo o historiador e arqueólogo Paulo Funari (2001), tal conceito deriva da língua latina, da palavra “*patrimonium*”, no que concerne à propriedade concedida dos entes paternos ou antepassados em forma de herança. Na etimologia alemã, “*Denkmalpflege*”, no que se refere ao tento e atenção aos monumentos; aquilo que nos faz refletir. Entretanto, é na conceituação inglesa que o termo

“patrimônio” se coaduna com o sentido atual: “*heritage*”, no aspecto daquilo que foi ou pode ser herdado pelos seus antepassados (FUNARI, 2001).

Desse modo, podemos perceber que, nos sentidos advindos de línguas diferentes, a definição de “patrimônio” reporta-se a um elemento oriundo de uma herança cultural através de monumentos. No entanto, apesar de nossa abordagem visar estudar patrimônio como construção do homem, existem diferentes concepções acerca da ideia desses bens.

Consoante Silva (1995), o significado de patrimônio histórico vai bem mais além da arquitetura, o que é fruto de um fazer social, podendo ser entendidos como patrimônios históricos: pinturas, esculturas, músicas, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, vestimentas, narrações orais, materiais de diferentes arquivos, acervos bibliográficos, falas, em suma, práticas de múltiplos agentes sociais. Conforme o artigo 216 da Constituição Brasileira, considera-se patrimônio cultural brasileiro bens de cunho material e imaterial que evidenciam a identidade de um povo e sua memória, através das formas de expressão, edificações e aspectos paisagísticos, arqueológicos e científicos (BRASIL, 2005).

A memória, por sua vez, é um conceito multidisciplinar e possui significações distintas de acordo com cada área do conhecimento, perpassando pela Psicologia, pela Neurociência e pelas Ciências Humanas e Sociais. No sentido biológico do termo, a memória tem como função armazenar certas informações, as quais se relacionam, “em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 424), em que tais processos mnemônicos são desenvolvidos na região do córtex, no sistema nervoso.

Após os anos de 1950, essencialmente duas décadas *a posteriori*, com o advento da cibernética, discute-se sobre a memória central dos computadores, entendida como “memória eletrônica”, que possui a função de agregar dados e programas com dispositivos magnéticos que armazenam “as informações introduzidas na máquina e os resultados parciais obtidos no decurso do trabalho, (...) meios de cálculo; (...) de controle; (...) de saída para os resultados” (LE GOFF, 1990, p. 469).

Entretanto, os estudos da memória no campo das Humanidades emergiram bem antes. Para Halbwachs (1990), tal fenômeno seria resultante de um processo social, desenvolvido a partir das relações entre os indivíduos e os grupos. Para o alcance das reminiscências, faz-se necessário apoiar-se nos testemunhos de seus

pares, no intento de germinação e sustentação de um patrimônio comum de ações rememoradas. O espaço, por seu turno, é constituído de modo singular por cada ser, configurando-se de acordo com suas vivências e personalidades. Nos preceitos de tal pensador da memória coletiva, a identidade de um povo se molda e se relaciona com suas memórias, construídas no presente: frutos de seus pensamentos e experiências alimentadas por laços sociais, não necessariamente a fatos iniciados e finalizados outrora de forma individualizada (HALBWACHS, 1990).

A memória coletiva, exemplificada pelos costumes peculiares representados pelos camponeses e preservada por sua oralidade, foi dizimada pelo apogeu do crescimento industrial. Para o autor, memória e história são conceitos distintos. A memória está viva, presente no pensamento humano através de seus atos vivenciados e lembranças de um tempo vivido, correndo o risco de cair no esquecimento; e a história é uma análise do passado que não existe mais, com base em um discurso crítico e científico (HALBWACHS, 1990; NORA, 2012).

Assim, Nora (2012) elucida o surgimento dos locais de memória como fontes da preservação da memória da humanidade na contemporaneidade. Ainda atenta que, se os povos preservassem suas tradições por meio da oralidade, não precisaria ocorrer a consagração desses espaços de recordação de tempos vividos, tais como “museus, medalhas e monumentos, isto é, um arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória” (NORA, 2012, p. 8-9), pois a humanidade caracteriza-se pela vulnerabilidade ao esquecimento, fazendo a mesma criar lugares de desenvolvimento da memória físicos, funcionais ou simbólicos, os quais se apresentam simultaneamente. Os materiais caracterizam-se por conhecimentos demográficos; os funcionais cristalizam as lembranças e as transmitem; e os simbólicos são representados “por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou” (NORA, 2012, p. 22).

Os relatos analisados neste artigo recorrem a um amálgama das três características de apropriação dos locais de memória, pois os comentários dos participantes do grupo mesclam-se entre o público jovem que se interessa por monumentos históricos antigos, bem como por pessoas que tiveram a experiência de vivenciar os locais postados no grupo, relatando a importância dos edifícios e logradouros em suas vidas e na história de Fortaleza.



## **Mudanças no perfil da Fortaleza Antiga: de centro histórico residencial das elites a centro comercial popular de uma metrópole**

A capital cearense estudada neste artigo, dentre outras cidades, nasceu do desenvolvimento urbanístico brasileiro advindo do período colonial, quando tais núcleos urbanos tinham funções administrativas, comerciais e religiosas. Esses núcleos também são considerados como centros históricos.

Considerados como a fração mais antiga das metrópoles e cidades atuais, os centros históricos, por meio de logradouros e edificações, testemunham materialmente múltiplas temporalidades, de onde emergem outros espaços estabelecidos e transformados pelo tempo, “conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização” (DGOTDU, 2005, p. 128).

Dentre as postagens analisadas, destacam-se monumentos presentes no perímetro urbano fortalezense edificadas entre os séculos XIX e XX, boa parte dos mesmos construída no período francês da *Belle Époque*. Tal período consiste em ser uma temporalidade em que a França transpareceu da Europa para o mundo uma atmosfera intelectual e artística, destacada por rupturas culturais abrangendo desde a economia até o *modus vivendi*, isto é, os costumes; a mulher se insere no mercado de trabalho pela intensificação do processo de industrialização (desde meados de 1875 até a terceira década do século XX); a arte torna-se mais acessível à população pela proliferação dos teatros, exposições de artes visuais, exibições do cinema mudo com temáticas dos problemas urbanos de cunho burguês. Marcada pelas novas invenções, tais como o telefone, a bicicleta e a energia elétrica, Paris foi considerada como a “Cidade da Luz”, núcleo criador e influenciador da cultura mundial, não deixando de lado as terras tropicais (BLOM, 2015).

Conhecido no Brasil por Bela Época, desenvolveu-se entre os anos de 1870 a 1931, politicamente delimitado nos finais do domínio de Dom Pedro II ao início do Estado Novo (em que as terras tupiniquins respiraram os ares culturais, artísticos e tecnológicos parisienses), principalmente pelo avanço econômico dos ciclos da borracha (Acre, Amazonas, Rondônia e Pará) e do café (São Paulo e Minas Gerais). A *art nouveau*, nova arte, disseminou-se nas artes e na arquitetura, abrindo as ruas e dando lugar aos *boulevard*s (ruas alargadas e duplicadas com o intento de embelezar a urbe e dar circulação ao ar), transformando, assim, cidades com edificações estritamente coloniais em modernas, aos moldes franceses, a exemplo

do Rio de Janeiro na gestão de Pereira Passos, o que se exemplifica na rua Marechal Floriano (NEEDEL, 1993).

A capital cearense também se insere no rol desse fenômeno modernizador da *Belle Époque*. A tímida e pacata urbe, com porcos e galinhas que trafegavam por suas alamedas junto a transeuntes humanos, nascida nos arredores do rio Pajeú da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção de 1726, tornou-se hegemônica: devido ao incremento de suas atividades comerciais a partir de 1850 (por meio da exportação do algodão, da cera de carnaúba e do café), intensificadas pela construção da Estrada de Ferro de Baturité na década de 1870. Todo esse cenário atraiu comerciantes nacionais e estrangeiros vinculados ao setor de exportação/importação, dando origem a fábricas e duplicando a quantidade populacional fortalezense, chegando a quase 50.000 habitantes na virada do século XX (GIRÃO, 1979). É nesse palco que emergem os monumentos discutidos em nossa investigação.

Contudo, após o ano de 1930, seu centro histórico reduziu-se a atividades comerciais, tendo destruídas as fachadas, portas e janelas em estilo neoclássico e eclético dos seus antigos sobrados para dar lugar a placas e portões de enrolar. Ponte (2001) afirma que de 1902 a 1930, período inicial de remodelação das praças centrais, Fortaleza caracterizou-se, em seu apogeu urbanístico, por seus ajardinamentos e ornamentações. Exemplos da referida iniciativa são: o Jardim 7 de Setembro (atual Praça do Ferreira), a Praça Marquês de Herval (atual Praça José de Alencar) e a Praça Caio Prado (atual Praça da Catedral) (PONTE, 2001).

Depois dos anos 30, a Capital passou a crescer desordenadamente, sem planos urbanísticos capazes de lhe fornecer soluções racionais e estilísticas, mas com uma voraz especulação imobiliária que lhe foi destruindo o anterior perfil arquitetônico harmonioso. A Cidade hoje se encontra 'inchada', com a maioria de seu patrimônio histórico destruído ou em abandono. (PONTE, 2001, p. 132).

Crescendo e ampliando seu espaço desordenadamente, a elite fortalezense deixou de morar em seu centro histórico para habitar a região leste, dando origem a bairros como Aldeota. Os antigos habitantes do bucólico bairro Centro, que tinha como palco principal de sociabilidade da classe abastada o Passeio Público, viram seu ambiente entrar em decadência por conta da proliferação das atividades comerciais desenvolvidas pelo varejo, precisando, pois, procurar novos espaços de segregação social.

Tal processo de desvalorização do centro primordial destaca-se na renúncia de apropriação desses espaços pelas camadas de alto poder aquisitivo para dar lugar às camadas populares, por meio da segregação, encabeçados pelo setor imobiliário, que visam atender ao novo estilo de vida das camadas abastadas, dando característica ao desenvolvimento estrutural das metrópoles brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza (VILLAÇA, 2001).

O impacto de abandono não se deu somente nas residências da elite, pois hotéis localizados no Centro, como Excelsior, Savannah e San Pedro, considerados estabelecimentos de luxo, passaram a ser não mais frequentados, por exemplo (CARTAXO FILHO, 2000), atualmente sendo dominados pelo comércio informal; praças, ruas e calçadas por que passam os transeuntes são tomadas por vendedores ambulantes, dejetos expostos ao chão e congestionamento de veículos (FREITAS, 2003). À noite, o Centro de Fortaleza é tomado por pessoas em situação de rua, bem como por usuários de drogas, descaracterizando a imagem anterior desse local, sendo assim considerado um ponto negativo da urbe fortalezense na contemporaneidade, perdendo seu antigo papel hegemônico.

### **Lócus da pesquisa: o grupo Fortaleza Antiga**

Criado em 2017 na rede social Facebook, até hoje em funcionamento, tal comunidade virtual concentra maior quantidade de usuários em comparação aos outros grupos com a mesma temática: 94.835 membros, dado coletado em junho de 2019.

As fontes coletadas para a análise das memórias coletivas em relação ao patrimônio edificado alencarino se deram de duas formas: primeiramente por meio de uma entrevista com o principal moderador/administrador do grupo e posteriormente por meio da observação e averiguação das postagens relacionadas ao discurso memorial e preservacionista dos monumentos nesses locais de memória.

Nesse sentido, buscando beber desse compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado da urbe fortalezense, através das falas individuais desses sujeitos, nossa análise ganhará sentido a fim de percebermos a personificação dessa memória coletiva no meio virtual (considerado neste trabalho como um lugar de memória).

Na entrevista ocorrida via Messenger (local de conversação, de troca de mensagens dentro do Facebook), indagamos o referido administrador do grupo sobre suas intenções com a criação do grupo, sua formação acadêmica e a relação das postagens com o patrimônio histórico de cunho material, quem assim se posicionou:

O grupo não foi criado por mim, mas sou um dos administradores mais antigos e que, de certa forma, assumiu o comando do grupo. O grupo foi criado a partir do interesse pessoal de ver um passado da cidade de Fortaleza que em muitos casos só existe em imagens. As postagens aceitas são fotografias da cidade, antigas ou de lugares antigos, pessoas que fizeram história em Fortaleza e também fatos ocorridos no passado. Sou formado em Letras pela Universidade Federal do Ceará. O grupo pretende despertar nas pessoas o interesse pelo passado da nossa cidade e criar nelas uma memória afetiva. As postagens trazem bastante discussão entre os integrantes. (Entrevista via Messenger de um dos administradores do grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019).

Percebemos na fala do sujeito que o grupo Fortaleza Antiga tem um papel importante na preservação da memória de Fortaleza, uma vez que nele ocorre a socialização do conhecimento da estrutura urbana dos seus antepassados, pois muitos dos seus itens já não existem mais, por conta da especulação imobiliária, responsável por demolir e destruir toda essa memória material.

Referente às regras do grupo, os moderadores/administradores atentam que: “devem ser observadas por todos os membros” (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019), com o intuito de resguardá-los de postagens ou comentários desconectados da temática central do grupo, bem como de evidenciar e anular as pessoas que não respeitem as referidas normas. Para a melhor organização do grupo, os administradores delimitaram a exclusão das postagens ou comentários que apresentem:

- Anúncios comerciais; - Alusão à política partidária; - Linguagem ofensiva ou desrespeitosa; - Exposição indevida de pessoas ou instituições; - Manifestação de preconceito, como racismo, homofobia, entre outros; - Apologia a drogas, violência ou crime; - Pornografia; - Demais conteúdos desconectados da proposta do grupo, tais como imagens de itens antigos fora de contexto (moedas, cédulas, cartões de crédito, cartões e fichas telefônicas, vales-transportes, embalagens, latas, garrafas, vasilhames, medicamentos, alimentos, bebidas, adereços, roupas, cosméticos, CDs, fitas K7, discos de vinil, brinquedos, jogos, telefones, relógios, câmeras fotográficas, utensílios domésticos, aparelhos de som ou imagem, móveis, automóveis, entre outros). A inobservância das normas pode levar à exclusão do membro do grupo, em caso de reincidência. (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019).

Nessa perspectiva, observamos que as redes sociais reproduzem assuntos e problemáticas vivenciadas na sociedade contemporânea: comercialização de produtos; não aceitação do outro por sua opção sexual e origem genética; consumo de drogas ilícitas; além da preocupação com a divulgação de um conteúdo coerente e contextualizado para os participantes. Com a análise dos moderadores, percebemos que eles possuem formação em Humanidades e Educação. Ao longo das “regras do grupo”, constatamos que as postagens dos usuários são analisadas previamente, almejando a troca de saberes, bem como o respeito à historicidade e à organização das postagens.

Todas as atividades do grupo Fortaleza Antiga somente ocorrerão dentro do grupo no Facebook, o que ocorre fora daqui fica por sua conta e risco. Para que tudo isso funcione adequadamente, é imprescindível a participação dos nossos membros através de denúncias, sugestões ou críticas. Contamos com vocês. (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019).

Os administradores do grupo orientam seus membros em alguns princípios que, apesar de óbvios para muitos, continuam sendo ignorados por quem posta conteúdo sem o devido cuidado. No primeiro momento, eles incentivam o trabalhar de tais princípios numa abordagem de convencimento. Caso o trabalho educativo não tenha eficácia, tais orientações podem se transformar em regras passíveis de “punições”, como afirmam os referidos administradores.

Dentre outras regras de postagens, atentam para o fornecimento de informações básicas sobre o que é postado, bem como para a averiguação de informações antes de publicá-las para evitar equívocos. Devem-se ser referenciadas as fontes, como fotos, vídeos ou textos que utilizar caso a pessoa que poste não seja o autor, evitando a repetição de conteúdos já postados. Os membros que publicarem várias postagens seguidas em curto espaço de tempo têm as postagens deletadas sem aviso.

Nos parâmetros de postagens do grupo, há a preocupação com a publicação de temáticas aleatórias e descontextualizadas da temática do mesmo, pois percebemos em tal campo de análise que os conteúdos “aprovados” nesse espaço digital possuem informações acerca do local do qual foram extraídas, sendo por meio de fotografias elaboradas por quem posta ou por meio de notícias atuais de jornais locais (na modalidade digital), mediante compartilhamento do *link*, bem como mediante a digitalização de cartões-postais, fotografias e periódicos antigos.

## **Denúncia de seu patrimônio edificado abandonado**

A investigação em questão debruça-se sobre essa temática pela repercussão das narrativas dos fortalezenses em face do descaso do poder público em relação aos edifícios históricos da malha urbana mais antiga da cidade. Ao longo da coleta de dados (postagens e comentários), revelamos relatos de uma urbe em processo de deterioração. Para tanto, analisamos postagens do grupo entre fevereiro e agosto de 2019.

Segundo o Anuário do Ceará (2019-2020), publicado pelo jornal *O Povo*, existem atualmente 30 bens materiais tombados pelo município de Fortaleza. Entretanto, dos patrimônios investigados, somente três destes foram contemplados no rol de bens tombados: Parque da Liberdade (Cidade da Criança); Escola Jesus, Maria e José; e Ponte dos Ingleses. Nesse sentido, centraremos nossa discussão nesses patrimônios debatidos em tal rede social.

Considerado como um mecanismo estatal de preservação dos seus bens culturais, o processo de tombamento se dá pelo registro, inventário e tombo. O termo “tombo”, caracterizado pelo ato de registrar e catalogar os bens de uma determinada localidade, começou a ser utilizado nas terras ibéricas no reinado de Dom Fernando, em 1375, pela criação da Torre do Tombo (RUSSOMANO, 1987).

No Brasil, tal processo de salvaguarda patrimonial ocorreu pela fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), em 1937, através da Lei n. 378, que instituiu o Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional, que tem “finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio artístico e nacional” (BRASIL, 1937, p. 1).

Acerca das tipologias de bens materiais, o Iphan os categoriza em: bem móvel ou integrado, bem paleontológico, coleção ou acervo, conjunto arquitetônico, conjunto rural, conjunto urbano, edificação, edificação ou acervo, jardim histórico, infraestrutura ou equipamento urbano, patrimônio natural, quilombo, ruína, terreiro e sítio arqueológico (IPHAN, 2015). Percebe-se no documento que o Ceará possui poucos bens materiais tombados em relação aos outros estados, os quais estão classificados em edifícios e acervos (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário), jardim histórico (Passeio Público), coleções e acervos arqueológicos (Coleção Arqueológica do Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa) e conjunto urbano (em Aracati e Icó) (IPHAN, 2015).



Fonte: Grupo do Facebook Fortaleza Antiga (2019).

### FIGURA 1

#### Postagem com imagem da Escola Jesus Maria e José

Apesar das iniciativas de tombamento dos patrimônios no Ceará na esfera nacional, pouco se dá apreço no âmbito local. É o que diz uma reportagem do jornal *Diário do Nordeste* de 19 de janeiro de 2013, que exemplifica o caso da Escola Jesus, Maria e José, tombada em 2006, a qual até hoje aguarda restauração: “Quem passa pelo local, na Rua Coronel Ferraz com Avenida Santos Dumont, toma um susto. ‘Não entendo como um prédio desses está desse jeito’, lamenta a professora de História, Maria Jerusa Pontes Viana” (GONÇALVES, 2013, s.p.). O aspecto da antiga instituição escolar evidencia-se por precárias condições de conservação. “Telhado no chão ou comprometido, janelas quebradas e parte das paredes escoradas por madeira” (GONÇALVES, 2013, s.p.).

A notícia alerta que as Secretarias de Cultura e Urbanismo e Meio Ambiente aguardam os processos regulamentarem as chamadas Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico desde 2009, com a identificação de 1.186 edificações, tendo por objetivo “preservar,

valorizar, monitorar e proteger o patrimônio das seis áreas (...): Centro, Parangaba, Alagadiço Novo/José de Alencar, Benfica, Porangabuçu e Praia de Iracema” (GONÇALVES, 2013, s.p.). Entretanto, o referido projeto não saiu do papel, fazendo com que tais patrimônios sigam deteriorando-se pela ação do tempo e do descaso político.

Cinco anos depois, a escola ainda permanece em estado de deterioração, abrigando em suas antigas salas de aula pessoas em situação de rua. Em contrapartida, a Secretaria de Cultura de Fortaleza apresenta o Programa de Valorização e Ampliação da Infraestrutura e Atividade Turística (Provatur), notificando posteriormente os indivíduos pela Defesa Civil e os cadastrando na Secretaria de Habitação de Fortaleza (Habitafor), um programa de habitação de pessoas carentes que esperava autorização do poder jurídico (O POVO, 2017). Contudo, o projeto não foi concretizado. Vejamos o que dizem os habitantes de Fortaleza sobre tal situação por meio do grupo Fortaleza Antiga. Para o entendimento das narrativas, separamos as análises por postagens. Visando à integridade do anonimato das pessoas envolvidas na pesquisa, não mencionaremos nomes.

A edificação da escola foi iniciada em 1902, sendo inaugurada apenas três anos depois, em 1905, pelo então bispo da cidade, Dom Joaquim José Vieira, que tinha como finalidade educar crianças que viviam na orfandade. Era administrada pelas irmãs vicentinas oriundas da instituição educacional Imaculada Conceição. A unidade escolar matriculava por ano entre 250 e 300 alunas em seus primeiros anos (GIRÃO; MARTINS FILHO, 1966). A escola também foi auditório da Rádio Assunção Cearense, que pertencia à diocese local, abrigando também uma empresa de venda de equipamentos de grande porte para a agricultura (NIREZ, 1991).

Dentre os comentários dos participantes, os relatos são articulados aos sentimentos de compaixão, tristeza e reminiscência: “esse governador e prefeito não fazem nada pela saúde e educação, imagine para prédios e monumentos abandonados” (Grupo Fortaleza Antiga, jul. 2019). Alguns indagam se é uma escola e outros explicam sua origem: “Só para meninas, eu comecei a fazer o 2º grau normal, Pedagogia, isso no ano de 1999” (Grupo Fortaleza Antiga, jul. 2019). Há nessa postagem muitos comentários ressaltando que o referido colégio abrigava apenas meninas, tal como o excerto adiante: “Minha irmã estudava lá, só para meninas, eu estudava ao lado, no Imaculada Conceição” (Grupo Fortaleza Antiga, jul. 2019).

Para outros participantes, a estrutura da escola encontra-se num estado deplorável, pois afirmam: “um monumento tão lindo e de valor imenso para nós, fortalezenses. Uma pena” (Grupo Fortaleza Antiga, jul. 2019). O prédio foi inativado desde a década de 1990, estando atualmente invadido por pessoas em situação de rua.



Fonte: Grupo do Facebook Fortaleza Antiga (2019).

## FIGURA 2

### Postagem com imagem do Parque da Liberdade

Conhecido como Parque da Liberdade, denominado em homenagem à abolição da escravatura, o espaço acima representado começou a ser frequentado pela população fortalezense em 1890, com o intuito de urbanizar sua lagoa. Posteriormente, em 1922, teve seu nome mudado para Parque da Independência, em homenagem ao centenário da Independência, no governo do prefeito Ildelfonso Albano. Em seu portão principal, existe até hoje a estátua feita de cimento de um índio liberto, obra do artista Euclides Fonseca. Seu lago, antes chamado de “lago do Garrote”, hoje intitulado de “lago do amor”, serviu de abastecimento de água até os fins do século XIX (NIREZ, 2001). No entanto, a mesma estátua já não possui seus aspectos preservados, conforme opinião expressa por um usuário do grupo Fortaleza Antiga (jun. 2019): “Há muito tempo essa estátua do guerreiro indígena

está sem um dos braços e nada é feito para restaurá-la. O local, tão belo no passado, hoje está totalmente abandonado! E a prefeitura nada faz para recuperá-la. Triste e vergonhoso!”.

O Parque da Liberdade outrora possuía seu cenário tomado por vegetação, gramados e alamedas estonteantes, “e as minúsculas ‘casinhas’ emolduravam o lago de águas cristalinas” (LOPES, 1989, p. 32). Somente passou a ser conhecida como Cidade da Criança a partir de 1937, com a instalação da escola primária dirigida pela professora Alba Frota (NIREZ, 2001).

A incitação das discussões inicia-se pela reportagem do *Diário do Nordeste* sob o artigo intitulado “Cidade da Criança: ponto simbólico do Centro é alvo de abandono e crimes”, publicada em junho de 2019, de autoria de Barbara Câmara. A matéria elenca as violações ao patrimônio referentes ao desleixo do poder público municipal, apontando que a “sensação de insegurança que permeia o local se reafirma com denúncias de roubos e até violência sexual, como o caso registrado na última terça-feira” (CÂMARA, 2019, s.p.).

Mesmo com a presença de policiamento, devido à degradação material do local à sujeira e à falta de reformas, a população da cidade acaba não transitando na praça, havendo nela, inclusive, a consumação de delitos, como saques a estabelecimentos comerciais (*trailers*, bancas, etc.) em seu entorno. É o que afirma o comerciante Freitas Nunes:

Mês passado e esse mês arrombaram a minha banca, pelo teto. Levaram cigarro, isqueiro, *chip* de celular, tudo que que acharam bom’, relata Freitas Nunes, dono de uma banca de revista no entorno da Cidade da Criança. Ele trabalha no local há 44 anos e lamenta o estado em que se encontra o local. ‘A gente vive nesse mar de insegurança. Os vigias têm medo também. Você não pode fazer nada. (CÂMARA, 2019, s.p.).

Percebemos que o tempo interferiu e mudou o estado de segurança do atual bairro Centro. Dentre as violações ao edifício histórico citado, encontram-se em estado de deterioração os telhados das casinhas, com suas portas depredadas. “Na parte interna, o descaso se perpetua através dos pedaços de gesso espalhados pelo chão, acumulados junto à poeira e à fiação solta” (CÂMARA, 2019, s.p.).

A Secretaria de Infraestrutura afirma que o projeto de revitalização está em processo de finalização para o lançamento da licitação, previsto para o começo das obras no próximo semestre (CÂMARA, 2019). Ao longo da análise das postagens, percebemos que cerca de 90% dos comentários manifestam indignação perante o

descaso relacionado à praça, declarando que o local é tomado por pessoas em situação de rua e animais abandonados. “O Centro de Fortaleza é o retrato vivo do abandono!” (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019). As memórias da infância também perpassam pelo imaginário desse local de memória:

[Comentário A] Poxa, que lamentável. Minha infância é marcada por este local. Estudei na Escola Alba Frota nos anos de 1981 e 1982, em uma época em que se podia permitir que crianças da pré-escola estivessem por lá. Tenho uma tia que morou por muitos anos na Vila Romero, que é bem perto, e por diversas vezes íamos passear no ‘Parque das Crianças’. Havia épocas dos parques nas férias de julho que se instalavam, tinha o anfiteatro com apresentações culturais defronte ao lago artificial. Que pena, muito triste. (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019).

[Comentário B] Estudava no Colégio Cearense e depois ia esperar meu pai nesse saudoso Parque da Criança; um lugar fantástico. Tinha um pequeno zoológico, um castelinho; passava a ponte, ia lá para o coreto dos anjinhos, os pedalinhos. Era muito bom, que saudade. Fiz uma viagem no tempo (...). É uma pena! (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019).

[Comentário C] Fui alfabetizada na escola Alba Frota, exatamente neste lugar. Era lindo e mágico! Enorme aos olhos de uma criança... nunca esqueço de cada pedacinho. (Grupo Fortaleza Antiga, jun. 2019).

No ambiente escolar Alba Frota, além de as crianças serem educadas, havia um local de lazer, o qual apresentava um zoológico ao lado dos coretos adornados por figuras religiosas (como anjos), tornando o Parque da Criança um local de compreensão de experiências vividas no passado desses indivíduos no presente. A escola, que antes representava uma instituição de ensino caracterizada em seu entorno como um local de interação entre as crianças por muitas décadas, marcado por um grandioso parque arborizado e ornamentado, hoje se evidencia pela presença de outro público: pelas pessoas em situação de rua, por ser local de furtos, entre outras práticas de conflito com a lei, por conta do abandono da gestão pública, etc.

### **Ponte dos Ingleses**

Na presente análise, imagem a seguir, o patrimônio tombado que se encontra mais abandonado é sem dúvidas a Ponte dos Ingleses, a qual foi edificada na

década de 1920 na então conhecida Praia do Peixe, posteriormente denominada de Praia de Iracema pela escritora e educadora Adília de Albuquerque, em homenagem e alusão à obra literária de José de Alencar (CEARÁ ILUSTRADO, 1925).

'UMA FORTALEZA MALTRATADA' ...

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/08/12/parte-da-estrutura-da-ponte-dos-ingleses-desaba-nesta-segunda-feira.html?fbclid=IwAR2Wdt4eE2OGU3OUkZPSdQoaiRsen7BqCEygV81Nxx3Gd-4nZBcrtKOPuSg>



   535

34 comentários 133 compartilhamentos

Fonte: Grupo do Facebook Fortaleza Antiga (2019).

### FIGURA 3

#### Postagem com imagem da Ponte dos Ingleses

Esse patrimônio é denominado de “Ponte dos Ingleses” devido à sua edificação ter sido inicialmente administrada e manejada pela empresa inglesa Norton Griffiths & Company Limited, tendo iniciado suas obras em setembro de 1921, no governo de Epitácio Pessoa, as quais foram suspensas na gestão de Arthur Bernardes, deixando esta relegada à inconclusão. Entretanto, apesar do intento do poder público de construir a referida ponte para fins econômicos, acabou sendo utilizada como um espaço e *point* de encontro e apreciação de sua aurora. Apenas décadas depois, precisamente na administração municipal de Juraci Magalhães, recebeu novo aspecto, com ornamentação de quiosques, piso e proteção

em madeira, fruto do projeto dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon (SOUSA, 1999). Assim, de porto a local de lazer, a Ponte dos Ingleses caracterizou-se por muitos anos como um ponto predileto da juventude boêmia, dos afagos enamorados e de transmissões artísticas. Infelizmente, no cotidiano da Fortaleza contemporânea, tal imagem agradável e bucólica dá lugar a um patrimônio em estado de deterioração e ruínas.

Interditada pelo Governo do Estado do Ceará desde 25 de janeiro de 2018, barreiras de ferro foram inseridas em todo o seu entorno a fim de não ocasionar acidentes. Considerada também como local de prática de *surf*, perde seu hábito para a Praia dos *Crushes*, localizada no Aterrinho da Praia de Iracema. Alguns de seus frequentadores e comerciantes denunciam a falta de cuidado desse bem público: “deveria ser preservado, (...) até mesmo para dar apoio a quem vem praticar esportes (...). A gente tem até medo que toquem fogo. (...). As vendas caíram 90%” (RODRIGUES, 2018, s.p.).

Mais de um ano após a sua interdição, até a data do presente artigo, a Ponte dos Ingleses não passou por reformas, tendo parte de sua estrutura desabado em agosto de 2019, virando notícia e postagem no Grupo Fortaleza Antiga. No momento em que ocorreu a ventania, banhistas avisaram aos banhistas sobre os pedaços de madeira da ponte e estruturas de metal que estavam sendo arrastados ao mar; no dia seguinte, foram retirados alguns escombros pela iniciativa dos populares. Segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (Setur), o orçamento inicial para a revitalização da Ponte dos Ingleses será executado pela Casa Civil, com um projeto a ser executado em aproximadamente três meses, com duração de obras em um ano (O POVO, 2019).

A reação dos membros do grupo diante da referida postagem consiste na indignação diante do fato:

A ponte está passando por DEFORMA, e não por reforma. (...) Isso é triste, deixar chegar a esse ponto! (...) A última vez que fui lá me deu medo! Como é de praxe, estão esperando uma tragédia anunciada! Agora imagina se não fosse cartão postal da cidade! Hoje em dia este local está apenas na memória: década de 90, tempo que não volta mais. Após anos longe de minha cidade, resolvi levar minha família. Baita susto. Tudo abandonado. Por isso falo: ‘Quem viveu aquele tempo bom hoje não vive mais’. (Grupo Fortaleza Antiga, ago. 2019).

Os sujeitos contestam a demora da eventual reforma, que, em vez de propor a melhoria desse espaço público, está ocasionando o contrário: desfigurando sua

estrutura original. Constatamos a presença de um sentimento de temor e receio por um espaço que antes representava para a população um local de lazer e segurança, o qual hoje está unicamente na lembrança de um tempo vivido relacionado a um espaço que se intitulava turístico. As postagens evidenciam um relato de denúncia social referente a um bem público tombado que não está sendo resguardado, perdendo sua função, que é a de preservar a memória para a presente e as futuras gerações.

### **Conclusão**

A cibercultura, caracterizada pela inserção de ações, técnicas e práticas culturais no meio virtual contemporâneo, ganha maior força e intensidade por meio da inserção das redes sociais, pois as informações nessa modalidade e o conhecimento se proliferam em real, alcançando locais e tempos flexíveis, possibilitando que os indivíduos exponham seus pontos de vista acerca do que estão publicando, tanto em seus perfis individuais como nos grupos de discussão, como é o caso do Facebook.

Tal rede social, criada inicialmente para a troca de saberes de alunos universitários, anos depois atingiu a esfera global, sendo o principal meio transmissor de conhecimento e de troca de informações, que, para além do mero compartilhar, permite que seus membros reflitam e discutam sobre seus posicionamentos entre si, visando solucionar problemas atuais que ora beneficiam e/ou assolam a sociedade contemporânea. Tudo isso na perspectiva do patrimônio digital, entendido como um meio de registro e preservação dessas memórias, mediante armazenamento de objetos materiais, convertendo-os para o meio virtual, disponibilizando o acesso a eles e a difusão de conteúdos por intermédio da identidade e herança cultural do que foi construído por um povo no transcurso do tempo.

A memória coletiva inseriu-se neste trabalho de forma essencial no que tange a ser um mecanismo de estabelecimento de relações de testemunhos distintos, de acordo com suas vivências e experiências, que delineiam e constroem a identidade cultural e a história local. O Centro Histórico de Fortaleza é marcado por sua desvalorização por conta da sua tardia constituição em relação às demais capitais brasileiras, de histórico de fundação barroca, como é o caso de Salvador, Maranhão

e Ouro Preto, catalogadas como modelos do patrimônio material tradicional pelo Iphan desde 1938.

Somente na segunda metade do século XIX, com o advento da exportação algodoeira, tendo como símbolo a Estrada de Ferro de Baturité, em 1875, a pacata cidade de Fortaleza ganhou nova aparência, com edificações em estilo eclético, destacado por suas alamedas, cafés, praças arborizadas e jardins, no estilo da *Belle Époque* francesa. Posteriormente, na década de 1930, seu Centro perdeu o *status* elitizado, desfigurando suas antigas edificações para dar lugar a estabelecimentos comerciais. Pouco do que restou foi tombado pelo poder público.

Nessa perspectiva, o grupo do Facebook Fortaleza Antiga foi criado pelo interesse de muitos habitantes da referida cidade, os quais buscam a compreensão do estabelecimento da sua configuração urbana, social e cultural. Contudo, não apenas temáticas passadas movem os debates, os quais também são permeados por problemáticas acerca do descompromisso de políticas públicas preservacionistas desses patrimônios históricos e culturais, redundando em narrativas comparativas de tempos vividos e experienciados nesse espaço virtual, relatando que tais patrimônios, além de estarem com suas estruturas em desuso, correm o risco de terem seus legados e memórias obscurecidos.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 8-19, 2007.
- AMANTE, Lúcia. Facebook e novas possibilidades. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Ednéa (Org.). *Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar*. Campina Grande: UEPB, 2014, p. 27-46.
- ANUÁRIO do Ceará (2019-2020). Bens tombados pelo município de Fortaleza. *O Povo*, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<http://www.anuariodoceara.com.br/bens-tombados-pelo-municipio-fortaleza/>>.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: 70, 2011.
- BLOM, Philipp. *Os anos vertiginosos: mudança e cultura no Ocidente, 1900-1914*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 15 jan. 1937.

- CÂMARA, Barbara. Cidade da Criança: ponto simbólico do Centro é alvo de abandono e crimes. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 26 jun. 2019.
- CARTAXO FILHO, Joaquim. *A cidade fatual*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- CARVALHO, Eleuda de. O cais no meio do caos. *O Povo*, Fortaleza, 17 maio 2003.
- CEARÁ ILUSTRADO. Política, literatura, humorismo. *Ceará Ilustrado*, Fortaleza, v. 2, n. 51, p. 217, 28 jun. 1925.
- CIRIBELI, João Paulo; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 12, p. 57-74, 2011.
- DGOTDU. Direção-Geral de Ordenamento do Território e de Urbanismo. *Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território*. Lisboa: DGOTDU, 2005.
- FREITAS, Mirtes. *A cidade dos clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Revista Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 41, p. 23-32, 2001.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB, 1979.
- GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- GONÇALVES, Lêda. Patrimônio: história dá lugar ao descaso em Fortaleza. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19 jan. 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens tombados*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento por estado*. Brasília, DF, 2015.
- KREUTZ, Christian. The next billion: the rise of social network sites in developing countries. *Web2forDev.com*, 19 jun. 2009. Disponível em: <[www.web2fordev.net/component/content/article/1-latestnews/69-social-networks](http://www.web2fordev.net/component/content/article/1-latestnews/69-social-networks)>.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 2001.
- LOPES, Marciano. *Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40*. 3. ed. Fortaleza: Tipogresso, 1989.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NIREZ, Miguel Ângelo de Azevedo. *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. Fortaleza: UFC, 2001.

NIREZ, Miguel Ângelo de Azevedo. *Fortaleza de ontem e hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 2012.

O POVO. Secretaria de Turismo irá contratar escritório de arquitetura para revitalizar a Ponte dos Ingleses. *O Povo*, Fortaleza, 5 jul. 2019.

O POVO. Tombado pelo município em 2006, prédio histórico segue abandonado. *O Povo*, Fortaleza, 11 jan. 2017.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3. ed. Fortaleza: D. Rocha, 2001.

RECUERO, Raquel. Estudando discursos em mídia social: uma proposta metodológica. In: SILVA, Tarcizio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro (Org.). *Estudando cultura e comunicação com mídias sociais*. Brasília, DF: IBPAD, 2018, p. 13-30.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco Toledo; ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RODRIGUES, Rubens. Interditada desde janeiro, Ponte dos Ingleses é cenário de abandono e deterioração. *O Povo*, Fortaleza, 11 dez. 2018.

RUSSOMANO, Nailê. Do tombamento: uma sugestão à Assembléia Nacional Constituinte. *Revista Informação Legislativa*. Brasília, ano 24, n. 95, jul./set. 1987. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181781/000432539.pdf?sequence=1&fbclid=IwAR1H3c49b66IL4zVZKuYQL03gysW6ATVzCAmt10ztfS6xLeO7BJaQHVOe8Q>>.

SILVA, Marcos Antônio da. Patrimônios históricos. In: SILVA, Marcos Antônio da. *O prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 39-60.

SOUSA, Francisco Benedito de. *Caminhando por Fortaleza*. Fortaleza: Destak, 1999.

VIEIRA, Jullie. Parte da estrutura da Ponte dos Ingleses desaba nesta segunda-feira. *O Povo*, Fortaleza, 11 ago. 2019.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

**Évila Cristina Vasconcelos de Sá** é Professora Substituta na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Educação pela UECE. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduada em Pedagogia pela UECE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Antônio Roberto Xavier** é Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis e do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal da

Paraíba (UFPB) e Pós-Doutor e Doutor em Educação pela (UFC). Mestre em Sociologia e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Graduação em Licenciatura Plena em História pela UECE. Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pelas Faculdades Kurius.

**José Rogério Santana** é Professor da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-Doutor pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre e Doutor em Educação pela UFC. Graduado em Pedagogia pela UFC.

**Como citar:**

SÁ, Évila Cristina Vasconcelos de; XAVIER, Antônio Roberto, SANTANA, José Rogério. Patrimônio, memória coletiva e denúncia social mediada no Facebook: o caso do grupo Fortaleza Antiga (2019). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 374-399, jul./dez. 2019. Disponível em: <[pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br)>.